

A AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE ITALIANA*

*Regina Maria Michelotto ***

Resumo: O acirramento do processo de avaliação das universidades, mormente o das públicas, instigado localmente mas também por organismos internacionais, é fruto das mudanças que sofrem as sociedades capitalistas e afeta não apenas países periféricos, mas também os que atingiram o Estado de Bem-Estar Social, como a Itália. O debate em torno da universidade italiana, intenso nesse momento, é ilustrativo. Presencia-se o advento de uma grande reforma no modelo criado em 1969 e conhecido como “Universidade Aberta” ou “de Massa” que, por não contar com um prévio exame de seleção, é considerado por muitos como democrático. O rico teor das discussões a respeito, bem como algumas alternativas propostas, muitas vezes contraditórias, constituem o tema do presente texto, que se apoia, principalmente nas palavras dos debatedores.

Palavras-chave: Universidade democrática, Avaliação universitária, Altos índices de abandono, Autonomia, Privatização

Title: The Italian University, an assessment

Abstract: The intensification of the universities assessment, especially the ones supported by the state, promoted locally and internationally, is a consequence of changes experienced by capitalist societies, and it affects both the peripheral countries and the ones that have reached the welfare state, like Italy. The debate on the Italian university is intense at this moment. The advent of a meaningful change to the standard established in 1969, known as “Open University” or “Mass University,” and considered a democratic way of entering college due to the acceptance of students without any sort of previous evaluation, has been witnessed. The splendid meaning of these discussions as well as some proposed alternatives, sometimes considered contradictory, are the issue of this paper that is supported mostly by the debaters’ words.

Key-words: Democratic University, University Assessment, Student selection, Self-government, Privatization.

A análise de processos avaliativos de instituições de outros países permite não estabelecer parâmetros diretos e aligeirados, mas, perceber, de um lado, a que resultados conduzem diferentes realidades sócio-histórico-culturais, e, de outro, o alcance de ideários de âmbito global, do tipo das orientações que advêm dos teóricos do Banco Mundial e o grau de subalternação conferido a eles.

No processo das universidades italianas buscar-se-á, num primeiro momento, explicitar a reforma ocorrida em 1969, que criou o atual modelo conhecido como “Universidade Aberta” ou “de Massa”, atualmente fruto de acirrados debates, para, em seguida, expor o direcionamento que o atual governo vem dando à questão.

* - O presente estudo foi concluído em meados de '97, quando a grande reforma escolar italiana havia apenas começado.

** Professora na UFPR - Doutoranda na UFSCAR

Na Itália, na década de '60, condições políticas e econômicas, bem como a pressão, tanto das camadas até então alijadas da Universidade, como das manifestações estudantis, favoreceram a criação da chamada “Universidade Aberta ou de Massa”, que foi iniciada em 1962 e efetivada por lei em 11 de dezembro de 1969, em caráter experimental.

O contexto em que ocorreu a abertura da Universidade italiana é configurado pelo chamado “milagre econômico”. Foi um desenvolvimento forte e rápido que se seguiu à segunda guerra mundial e que teve como principais causas, segundo Peccianti, *a boa qualidade e o baixo preço das mercadorias italianas vendidas no exterior, os baixos salários dos trabalhadores, o crescimento da economia mundial e os empréstimos e ajuda americanos.* (1988, p.125).

Foi um período em que, para se recuperar dos estragos provocados pela guerra, os italianos trabalharam muito e rapidamente. Basta dizer que, já em 1952,

a reconstrução de quase tudo quanto a guerra havia destruído era um fato notável. *Para reconstruir, trabalhou-se de maneira desordenada, com espírito de iniciativa individual mais do que coletivo, com uma forma de se arranjar que nem sempre respeitava as leis, mas se trabalhava.* (PECCIANI, 1988, p.125).

Entre 1948 e 1951, foram publicados seis volumes dos Cadernos do Cárcere, de Antonio Gramsci, que, segundo Bobbio, tiveram influência sobre a geração que se vinha formando nos anos 50, principalmente pelo método marxiano usado para interpretar os fatos. (1995 a, p. 201)

Foi nesse período que os partidos de esquerda quase lograram institucionalizar uma escola secundária “unitária, de massa e de qualidade” (RICUPERATI, 1995, P. 715), tema que se encontrava no centro dos debates desde o final da guerra e que renovava a contraposição entre Estado e Igreja. (MIOZZI, 1993, p. 120).

No opúsculo da Constituinte, a remoção dos obstáculos para uma escola realmente democrática passa através da remoção de cada forma de privilégio, para poder conseguir, de um lado o objetivo de ‘educar todos os cidadãos’; de ‘formar em todos os cidadãos o mais elevado grau possível de consciência cívica e da capacidade intelectual’ e de outro, ‘treinar para funções diretivas em todos os campos os elementos que se demonstrassem sempre mais capazes, no interesse geral do país, rompendo decisivamente o tradicional sistema que encaminhava a funções diretivas praticamente só aqueles elementos que tinham meios de fortuna, mesmo se incapazes ou pouco capazes’. (...) Estas afirmações levam a duas direções: a afirmação da liberdade da escola e a criação de uma escola única. (Id. ib., p. 123)

Essa iniciativa, entretanto, foi frustrada quando o projeto se encontrava a um passo de sua realização, pelo fim precoce da legislatura. (RICUPERATI, 1995, P. 767). Segundo Miozzi, esse final decepcionante, (muitas vezes intencional), se repetirá para numerosos sucessivos projetos de reforma, também da Universidade: caírem com a queda da legislatura. (1993, p. 168 e 358).

Politicamente, segundo esse autor, *prevalece de*

fato a vontade de acentuar o confronto, em vez de definir uma linha político-cultural precisa e assim responder concreta e positivamente às necessidades específicas da Universidade e da escola italiana. (Id. ib., p. 161)

Logo, pode-se afirmar que a correlação de forças que contribuiu para a criação da “Universidade Aberta” não logrou garantir as mesmas condições de ingresso, através de uma escola secundária unitária, no sentido que Gramsci dá ao termo. A falta de uma reforma geral nesse nível escolar se mantém.

Evidencia-se, assim, a incongruência de se implantar uma Universidade “aberta a todos”, mantendo as diferenças entre os diversos tipos de escola secundária superior.

Gattullo e Visalberghi ressaltam a grande disparidade entre a escola obrigatória e a secundária, afirmando que, com *uma escola de oito anos*

completamente unificada (ao menos formalmente) e quase universalmente freqüentada, a Itália se coloca em posição de vanguarda diante de outros países. Porém, ao contrário, a estrutura formativa da escola secundária superior é de tão absurda e bizantina complicação e escassa eficiência que a coloca atrás de qualquer país avançado. (1986, p. XVIII)

Antes da implantação do projeto de “abertura da Universidade”, apenas os alunos do liceu clássico* tinham acesso aos cursos considerados mais importantes da Universidade. Isso significa que havia uma articulação entre esses dois níveis de ensino. Esse liceu representa, ainda hoje, o vestibulo da Universidade, retardando, de alguma forma, a entrada dos alunos no mundo do trabalho.

Quando, após 1969, todos os cursos secundários passaram a dar aos seus egressos o direito de se inscrever em qualquer curso universitário, pela lei que é conhecida como a da “liberação do acesso”, aqueles deveriam ter sido organizados de forma a se articular organicamente com a Universidade. Era, portanto, fundamental a democratização da escola secundária, entendida como a garantia da mesma qualidade nos estudos. Isso não aconteceu.

O processo de abertura da Universidade, da forma como foi realizado, favoreceu “certamente o ingresso de novos componentes sociais”, mas fez também “aumentar o peso das desigualdades,” (MIOZZI, 1993, p. 172) na medida em que as condições de chegada evidenciavam e explicitavam os diferentes níveis de preparação.

A passagem da Universidade de elite para a Universidade de massa está em direta relação com um modelo de desenvolvimento em cujo interior se escondem ‘os germes da estagnação e da crise que seria maturada no curso dos anos 60 e 70’

Miozzi afirma que "A passagem da Universidade de elite para a Universidade de massa está em direta relação com um modelo de desenvolvimento em cujo interior se escondem 'os germes da estagnação e da crise que seria maturada no curso dos anos 60 e 70'" (1993, p.171 - nota).

De fato, enquanto durou a estabilidade do Estado de Bem-estar social, apoiada em uma economia crescente, as idéias que hoje são conhecidas como "neoliberais", de Hayek, Friedman, Popper e outros que, já após a segunda guerra combatiam apaixonadamente qualquer limitação aos mecanismos de mercado, por parte do Estado, criticando, portanto, a social-democracia, não foram levadas a sério. Porém, o capitalismo, face às suas grandes contradições, apresenta crises muitas vezes imprevisíveis que abalam profundamente o sistema, obrigando seus defensores a sucessivas reordenações, motivo pelo qual, a grande recessão que, a partir de 1973, atingiu os Estados capitalistas, acabou por abrir espaço àquelas idéias, que pregam, fundamentalmente: a retirada do Estado das decisões econômicas, a restrição da estabilidade e garantia de emprego, nenhuma restrição ao mercado, o aumento das taxas de juros para obrigar o arrefecimento do consumo, a diminuição dos impostos e taxas sobre o capital e a diminuição dos gastos públicos, inclusive em políticas sociais.*

Tais idéias passaram da teoria à prática nos governos de Thatcher, na Inglaterra, e de Reagan, nos EUA. Segundo Anderson *a prioridade mais imediata do neoliberalismo era deter a grande inflação dos anos 70. Nesse aspecto seu êxito foi inegável*. Obteve êxito, também, em seu objetivo de recuperar os lucros, apoiado na repressão ao movimento sindical e na contenção dos salários. (1995, p.11).

Na Itália, a crise econômica havia reduzido a absorção de formados em nível superior e em médio-superior. As forças empresariais renunciaram a dedicar atenção à formação regular de quadros, e passaram a investir na qualificação direta de seus empregados.

Os sindicatos, por sua vez, *diferente do que ocorrera em 68-71, não eram capazes de fazer pesar a força global do movimento dos trabalhadores italianos a favor*

de uma reforma que conduzisse à construção de uma Universidade para a sociedade e não só para os acadêmicos. (LUZZATTO, 1986, p. 183).

O contexto real mostrava com dados objetivos que a democratização da Universidade tinha sido, no mínimo, contraditória. A seleção continuava, tendo apenas mudado de aspecto: sofreu uma temporânea diminuição nos anos de 69/70 e 70/71, fase mais intensa do movimento estu-

dantil, mas já em 1977 os fatos demonstravam relação entre o aumento de ingressos na Universidade e o número de abandonos, que subiu assustadoramente. A taxa de abandono, *se já era elevada em 1960, isto é, ao tempo da 'Universidade de elite' (...) manifestava uma tendência crescente, chegando a assumir notáveis dimensões.* (DE

FRANCESCO, 1997, p. 660). Os abandonos já no primeiro ano de Universidade, que em 1960 chegavam a 34,4%, atingem 46,9% em 1973. (*Id. ib.* P. 662)

Uma pesquisa oficial sobre a situação da Universidade, realizada em 1984 com base nos vinte anos precedentes e analisada por Gattullo, oferece os seguintes dados: 63% de abandonos, 12% de laureados no tempo certo e 25% formados em tempo ampliado. (1988, p. 33).

De Francesco entende que, diante do grande aumento de inscritos, a instituição 'reagiu' com um forte aumento da taxa de abandono. Se isso é proposital ou não, segundo ele não faz diferença: *a Universidade italiana se mantém elitista, mais do que se acreditava.*² (DE FRANCESCO, 1977, p. 663). Houve uma liberação da entrada de estudantes menos para quebrar o elitismo universitário do que para aliviar a tensão existente:

De fato, com uma política de liberalização do acesso, a Universidade e a obtenção de uma láurea foram apresentadas como 'ao alcance da mão' de qualquer um, enquanto na realidade foi somente ampliado o número de candidatos dos quais escolher por auto-seleção (abandono) os futuros laureados e, em seguida, com uma ulterior seleção, as futuras elites. Deste modo não só há uma cooptação

Na Itália, a crise econômica havia reduzido a absorção de formados em nível superior e em médio-superior. As forças empresariais renunciaram a dedicar atenção à formação regular de quadros, e passaram a investir na qualificação direta de seus empregados.

2 Cf. ANDERSON p. 9 e 11 in: SADER e GENTILI (org.) Pós-Neoliberalismo. Cf. FRIGOTTO, p. 80.

1- A categoria considerada mais seletiva da escola secundária.

mais eficiente mas se eliminam ou se reduzem as tensões que fazem parte de um sistema universitário elitista. (Id. ib. P. 659).

O aspecto ideológico da questão fica assim evidenciado: o abandono é considerado, até mesmo por muitos estudantes, como um fracasso pessoal, o que neutraliza em alguma medida as tensões. De Francesco analisa que *se os abandonos fossem menores, se assistiria a maiores tensões sociais pela mobilidade descendente e pelo desequilíbrio de status que golpeariam faixas de laureados bem mais amplas do que as atuais.*” (id. ib., p. 659).

Esse autor afirma que, apesar da “abertura” da Universidade, *a estudantes diversos correspondem tratamentos diversos*, o que ele considera que faz parte de *qualquer sistema social fundado sobre a desigualdade*” (id. ib., p. 668).

Em um artigo escrito em 1976, juntamente com P. Trivelatto, De Francesco analisa os dados do abandono desde 1960 a ‘75, nos índices gerais da Universidade italiana e critica veementemente aqueles que consideravam o número “excessivo” de alunos como o principal problema a ser resolvido para se obter uma Universidade de qualidade.

Realizando um exame contextual, os autores afirmam a organicidade entre a forma como estava sendo desenvolvido o sistema universitário “de massa” e as exigências dos grupos dominantes, na Itália:

O desenvolvimento da ocupação empregatícia na indústria e nos serviços requer uma sempre maior quantidade de força de trabalho polivalente, não tanto no que diz respeito à profissionalização quanto, mais freqüentemente, com respeito à adaptabilidade a tipos de ofícios que, embora não sendo manuais, vêm, progressivamente, perdendo conteúdo. Ao longo desta tendência se movem todos os países capitalistas (1976, p. 74).

A partir dessa análise, entendem que a passagem da Universidade de elite para a “de massa” aumentou o número de jovens entre os quais o sistema pode escolher os poucos destinados a subir na escala social. Além disso, constringe aqueles que se vêm obrigados a abandonar os estudos, a assumir a responsabilidade desse ato, *interiorizando assim, os conteúdos ideológicos a eles transmitidos (meritocracia) e se preparando para aceitar um papel subalterno*”. (Id. ib. p. 75)

Citam como motivos do abandono: - a falta de instrumentos cognitivos de base para seguir os cur-

sos; - o fato de os conteúdos dos cursos não corresponderem às expectativas que levaram à inscrição; - o custo crescente do estudo, que as bolsas não resolvem, uma vez que, sendo baixas, têm mais caráter de *subsídio de desocupação do que de fonte de sustento*; - a consciência de que a formação não é um canal seguro de mobilidade social para as classes subalternas. Reforçam ainda que, ao lado da inadequação física das universidades, um grande problema está na de ordem didática. Isto é: a Universidade não sabe (ou não quer) ensinar a uma grande massa de estudantes. (Id. ib., p.77/83).

Há, portanto, *ausência de uma real política de direito ao estudo (garantido só em palavras pela Constituição) e, mais geral, a incapacidade da instituição universitária de adaptar-se à mudança e o conseqüente agravamento da sua crise.*” (DE FRANCESCO, 1977, p. 658).

Rossi, já em 1977, analisando dados numéricos, reiterava que o aumento do preço dos alojamentos e a impossibilidade de o estudante cobrir suas efetivas necessidades com o valor recebido em bolsas de estudo *poderiam ser causa de maior irregularidade da carreira escolar.* (1977, p. 178). E denunciava que a concessão de exoneração das taxas era desviada para estudantes cujas famílias recebiam rendas bem altas (Id. ib., p 180). Este fato foi comprovado com números por De Francesco: em termos de valor real, as bolsas, em 75, valiam pouco mais que a metade do valor que tinham em 1969, *“mas sobretudo, o mecanismo mesmo de atribuição e a ineficiência do sistema fiscal italiano redundaram em que, já em 1970, 23% de filhos de profissionais liberais e de empresários obtivessem esse benefício, enquanto o percentual subia só a 32,7% entre os filhos de operários.*” (DE FRANCESCO, 1977, p. 668).

Na década de ‘80 o debate mantinha a tônica da seleção. Dados colhidos em 1984 confirmam essa situação. Permitem constatar, por exemplo, que são encontrados poucos operários e pessoas que trabalham por conta própria entre os laureados pela Universidade. (MIOZZI, 1993, P. 320...) Gattullo realizou uma análise a partir de dados oficiais, em 1988, sobre o sistema escolar italiano e reafirmou o seu caráter classista, progressivo à medida que se ascende aos níveis mais altos. Considerava evidente, como forma de combater esse problema, a necessidade de *elementos de maior unitariedade na escola secundária superior, além da elevação da escola obrigatória até 16 anos de idade.* (1988, p. 48)

O estudante Cuperlo, secretário nacional, em 1988, da “Lega studenti universitari federata alla FGCI”, quando se refere aos “abandonos” escreve: *Setenta jovens por cento são progressivamente ‘expulsos’ dos nossos Ateneus.* Segundo ele, um dos motivos é o

de que a estrutura do sistema universitário *produz e favorece uma condição de total isolamento e solidão do estudante*"(1988, p. 49). Pode-se entender essa situação como uma das conseqüências contraditórias da organização individual dos planos de estudo, aprofundada pelo descaso com que, muitas vezes, são tratados os alunos.

Cuperlo denuncia que *seguir uma aula em quatrocentas, ou em setecentas, ou ainda em mil pessoas não implica somente em incômodo e mal estar, mas representa muito profundamente a negação da Universidade de massa*"(id. ib., p. 50), o que atesta que a abertura da universidade não se restringe a uma questão quantitativa.

Segundo Miozzi, o quadro mostra estudantes de tempo pleno que freqüentam irregularmente os cursos universitários e estudantes de tempo parcial cuja participação se reduz a prestar exames. *Entre os dois casos a função formativa dos ateneus se reduz a um grande 'examefício'*(1993, p. 297/298).

Lazzeroni completa: *a nossa Universidade é um examefício e um diplomifício*. Atenua afirmando que esse problema não ocorre apenas na Itália. E cita que foi dito, na França, que os professores são porteiros que, exame após exame, abrem aos estudantes as portas que os separam do diploma. Mas, insiste que em nenhuma Universidade do mundo os exames são tão numerosos como na italiana. Os estudantes não são estimulados a estudar melhor, mas a superar melhor e mais rapidamente os exames. Na "Universidade dos exames" vigora o enciclopedismo, que é diverso de cultura de base, pois é composto de informações superficiais e dispersas (1989, p. 28).

Para avaliar a situação da Universidade, no período, foi organizado, em dezembro de 1989, em Siena, um seminário com o título: "Universidade ontem e hoje: oferta de formação e demanda social." Lazzeroni explicita, nessa ocasião, algumas das *contradições orgânicas* componentes da Universidade, que renascem pontualmente das suas cinzas cada vez que nos iludimos pensando havê-las eliminado.

1. A multiplicação das disciplinas não se deve apenas a escolhas desordenadas, mas é efeito do processo inevitável de especializações da ciência.

2. A Pesquisa necessita organismos amplos e concentrados e tempo pleno (...) enquanto que o Ensino deve ser medido pelas necessidades didáticas,

definido pelo número dos estudantes e distribuído em muitas sedes. E deve ser enriquecido pela experiência profissional.

3. A graduação da carreira docente subentende uma hierarquia que representa o perigo do conformismo científico e da compressão da liberdade e criatividade: - Galileu não teria vencido um concurso se fosse julgado pelos cardeais. (1989, p. 17-20).

No mesmo evento, Berlinguer (hoje à frente do ministério da Instrução Pública), chama a atenção para um fato que considera urgente e atual: *A Universidade não é mais somente*

Pesquisa e Ensino. Afirma que a relação com a sociedade se impõe e que poucos o perceberam. Cita a necessidade de atualização, de reciclagem dos conhecimentos que *envelhecem em relação ao trabalho social*, e de cooperação entre Universidade e o mundo externo. Para ele, a sociedade atual requer formação fora da faixa etária clássica. Além do que, considera um grande desperdício *não utilizar o enorme acúmulo de competência e capacidade formativa e de pesquisa concentrado na Universidade*". (BERLINGUER, 1989, p. 43).

A respeito dessas afirmações, cumpre informar que na Itália não existe o que, nas universidades brasileiras, é conhecido como Extensão Universitária. A referida articulação com o conjunto da população ocorre raramente e em projetos pontuais.

Miozzi lamenta que, ao final da década de 80, a situação seja a seguinte: *Imolada sobre o altar do confronto político e sindical, a Universidade é dirigida por um percurso incerto de especulações, em direção a uma nova organização que não conserva o positivo da velha Universidade nem elimina as distorções do presente*". (1993, p. 217).

Assim, acabou prevalecendo uma Universidade não organizada socialmente, embasada sobre uma autonomia apenas declarada e, ao invés, substancialmente bloqueada, limitada, sobre a qual o Estado continuou a exercer sua capacidade de decidir e seu arbítrio, aplicando normas rígidas, uniformes, decididas do alto e válidas a nível nacional, em claro contraste com os requerimentos provenientes dos ateneus. (...) Confrontam-se deste modo a realidade de uma Universidade de elite quase extinta e a realidade das normalizações e estabilização do quadro da

Há, portanto, ausência de uma real política de direito ao estudo (garantido só em palavras pela Constituição) e, mais geral, a incapacidade da instituição universitária de adaptar-se à mudança e o conseqüente agravamento da sua crise.

Universidade de massa, definitivamente afirmada sobre estruturas da precedente, todavia entre contradições e evidentes disfunções” (id. ib. p. 217).

Rienzo desenha a imagem de uma aristocrática Universidade que antes de '68 era um *pagode chinês* e que as reformas substituíram por um *condomínio burguês*. Mas, escondido pela nobre arquitetura exterior do pagode havia um labirinto que foi mantido e desenvolveu-se atrás da nova fachada (1989, p. 17).

Miozzi vê três causas principais para que isso tenha acontecido: o conservadorismo de professores, a formação de um bloco heterogêneo de oposição (entre os quais inclui os estudantes em movimento) e a conjunção entre a classe burocrática e a classe política, expressa no interior e exterior da Universidade. (1993, p. 229).

No final da década de '80, os estudantes se manifestaram de modo mais ou menos generalizado pela Itália, ocupando algumas Faculdades, o que constringiu *órgãos políticos e sindicais, órgãos acadêmicos, estudiosos a tomarem posição e a intervir*. (BALESTRACCI e MIRRI, 1989, p. 12).

Reunidos em Assembléia Nacional, em Florença, em fevereiro/março de 1990, os estudantes elaboraram suas propostas para uma Nova Universidade. Partindo da constatação de que à “abertura” da Universidade, ocorrida em '69, *não havia correspondido uma sua requalificação, que fizesse dela uma sede democrática de elaboração e transmissão de um saber ao alcance de todos*, reafirmaram que desejam uma Universidade *não como serviço à empresa, mas como centro propulsor de um crescimento substancial do nível da qualidade de vida de toda a comunidade*. (In: *Università Progetto*, 1989, p. 166)

Com uma análise ampla e contextual, o estudante Cuperlo reafirma o caráter negativo presente na impossibilidade de tantos de completarem a sua formação:

(...) porque sentimos, hoje mais do que ontem, que a exclusão das sedes de produção e reprodução do conhecimento coincide com a exclusão de toda a forma de controle e de compreensão de um novo mundo que está se delineando (...) época em que uma cultura de transplantes e da programação genética põe em discussão uma secular ética da vida.” Entende que “no nosso país a categoria de

modernidade e o desenvolvimento teve um sentido não de qualidade de trabalho, tutela ambiental, saúde dos cidadãos e sua promoção humana e social mas sim uma muito cega subordinação às conjunturas internacionais, anexada à exploração dos países pobres, a uma governabilidade feita de compromissos e a uma hipótese de progresso fundada unicamente sobre o lucro. (1989, p. 40 - 50)

Com base nas muitas denúncias, o professor S. Lanaro, em uma fala no seminário internacional “Apprendere all’Università”, realizado de 23 a 25 de outubro de 1996, em Padova, afirmou: *a Universidade é um corpo doente e a reforma lembra um parto difícil*.

Simone atribui esse fato ao bloqueio efetuado no parlamento por professores que se tornaram políticos, o que critica veementemente. (É a antiga acusação, ainda presente mesmo após a instituição da dedicação exclusiva). Contrapõe-se, também, ao fato de as universidades privadas, (que chama

de “privatóides”) receberem “substanciosos contributos do Estado”, atribuindo também a isso a prática do bloqueio parlamentar. (1994, p. 29. Cf. MIOZZI, 1993, p. 363 e nota 17).

Outro autor, desta vez um jornalista, muito bem conceituado, Felice Froio, publicou em junho de 96 o livro intitulado: “Le mani sull’ università” que contém um extenso levantamento de denúncias sobre a Universidade italiana, recolhidos *com o inatacável peso dos fatos (catalogados com escrupulo obstinado), dados, datas, nomes, comportamentos que documentam de modo irrefutável como a Universidade italiana está atormentada por uma corrupção não menos grave do que aquela em que se encontra a vida pública*. (SIMONE. In: FROIO, 1996, p. XIV)

O título da obra faz referência ao processo contra a corrupção, conhecido como “Mani pulite”. Trata-se da “caça às bruxas” que deflagrou, em fevereiro de 1992, uma guerra contra a corrupção, levando a serem investigadas mais de 4.000 pessoas.

Um dos fatores de corrupção no âmbito das universidades, denunciado por Froio, é a distribuição dos recursos financeiros. Quem a controla é chamado por esse autor, de *Pai da academia*: “Os terrenos em que se verifica se se tornou, de fato, pai da academia, são essencialmente três: 1) fazer parte de comissões de concursos; 2) fazer parte de organismos que distribuem fundos

de pesquisa; 3) ascender a posições de poder extra-acadêmico. (1996, p. 32).

O conjunto das denúncias visa a impulsionar o processo de uma reforma geral da Universidade. Convém, entretanto, esclarecer que muitos dos que advogam essa idéia desejam, isso sim, o fim da chamada “Universidade aberta” e uma espécie de retorno ao que havia antes de 60. A jornalista Marina Zuccon, do jornal “Il Gazzettino”, faz-se porta-voz desses, ao afirmar. *A Universidade de massa, do acesso fácil, pouco seletiva, pouco meritocrática, está, afinal, moribunda*. (09/02/97)

Núcleos de Avaliação.

Para subsidiar as mudanças no sistema universitário, o governo estabeleceu, através da lei 537 de 14/12/93, que fossem criados núcleos de avaliação em cada ateneu de forma a explicitar os problemas que devem ser resolvidos. Segundo Froio, é a primeira vez que esse mecanismo é introduzido na Itália, e representa um *salto de civilidade para o sistema universitário*. Afirma ainda que esse sistema de avaliação da Universidade é regra, já há alguns anos, em outros países da Europa (1996, p. 69). Simone, porém, teme que esses núcleos se ocupem só de administração, ficando ao largo do trabalho didático ou da qualidade das pesquisas.

Tais núcleos devem ser compostos por pessoas qualificadas, nomeadas pelo Conselho de Administração, sob o parecer do Senado Acadêmico.

A Universidade de Pádua publicou em setembro de 1996 os primeiros resultados obtidos por seu núcleo de avaliação, que apresenta como dado novo o decréscimo da população universitária. De fato, no correr dos últimos dois anos vem diminuindo o número de inscritos em um número representativo de dez universidades italianas que abrigam mais de 42% do total de alunos. Com a única exceção da Universidade de Bologna, as outras nove tiveram diminuição nas inscrições de 1995 a 1997 (*In: Campus, março/97*).

Na análise do dado referente à evasão de alunos, extremamente alta, o documento da Universidade de Pádua revela que seus autores são nitidamente a favor da limitação de vagas, o chamado “número fechado.” Consideram que a “Universidade aberta” criou o problema da entrada de alunos que não desejam estudar. Citam como bom exemplo as pouquíssimas faculdades que exigem um limite nesse número.

A Universidade deve fazer o que for possível para contribuir para a redução de tais números, cujos valores preocupantes dependem, porém, em boa par-

te, também de causas não imputáveis à Universidade mesma (entre os quais a inadequada preparação dos estudantes provenientes de vários tipos diferentes de escolas médias superiores, em relação às exigências específicas das diversas faculdades e a impossibilidade de adotar o número fechado onde não é previsto pela norma vigente; com respeito a este ponto se pode notar que em uma faculdade com número fechado como Medicina e Cirurgia o percentual de abandono após o primeiro ano é de 2%, diante dos 28% de toda a Universidade, e é nenhum depois do segundo ano, diante de uma média de 14% no Ateneu (Doc. Núcleo de Avaliação, p. 48, sem grifos no original).

O documento do Núcleo de Avaliação da Universidade de Pádua foi analisado por vários professores, entre eles Marcello Dei, que publicou na revista Polis sua apreciação na qual chama a atenção para o grande número de abandonos e comenta que *eles são constantemente mais freqüentes na Região Sul da Itália (DEI, 1996, p. 276)*, considerada a mais pobre do país, o que comprova a relação com o extrato social das famílias dos estudantes, ignorada no trecho do documento acima reproduzido.

A análise desse autor tem como base a situação geral do país. No que se refere ao número de inscritos na Universidade, a Itália acompanha outros países europeus: *para cada 100 jovens com idade correspondente, 36 estão matriculados em um curso universitário (id. ib. 271)*. A esse arremesso inicial, porém, segue-se uma grande frustração: nos países da OCSE (Organização Européia Para o Comércio e Desenvolvimento), consegue o título uma taxa média de 16,4%, enquanto que na Itália a taxa é de 9,2%. Em 1995, somente 30,7% dos que deveriam laurear-se o fizeram. Os casos de retardo são, também, numerosíssimos. Muitos estudantes abandonam o curso sem fazer sequer um exame. Os cursos considerados “mais difíceis” apresentam menor evasão e são preenchidos, principalmente, por alunos que vêm dos liceus, que chegam em bloco à Universidade, enquanto que os advindos dos institutos técnicos atingem 60% e os diplomados pelos institutos profissionais, 33,7%. Os advindos dos liceus têm uma taxa de regularidade e de sucesso pouco inferior a 50%, enquanto que os diplomados pelos institutos técnicos e profissionais não vão além de 14,7% e 8,7%, respectivamente. (*Id. ib. p. 271*).

Dei aponta como principais causas desse problema os seguintes fatos:

- muitos estudantes se inscrevem na Universidade apenas para obter adiamento do serviço militar;

- a necessidade de trabalhar e o fato de ter encontrado um posto de trabalho, bastante difícil, hoje, leva ao cancelamento do curso. Não há tempo para as duas coisas;

- ocorre desilusão, falta de interesse e dificuldades no estudo;

- há preocupação com a família, entre os estudantes que têm entre 30 e 39 anos de idade;

- muitos estudantes fizeram uma escolha não definitiva;

- a forma como é sistematizada a Universidade, com programas muito extensos e exigência de grande número de exames, deixa muito a desejar;

- a classe social da família do estudante também é fator considerável, determinando a desigualdade social e cultural. (1996, p. 285).

Em âmbito geral, já que esse quadro não é específico de Pádua, encontra-se a indicação de outras causas. Para Miozzi há que se considerar: -o insucesso, -a persistente diferença entre trabalho intelectual e material, -o custo dos estudos (que diferencia os estudantes com base na desigualdade do ponto de partida), -a rejeição de uma escola antiquada (1993, p. 149, nota 45). Gattullo cita algumas causas: -a utilização de algumas facilidades de tipo assistencial, -o desejo de sair da província de origem ou até, *uso não pouco freqüente nos anos 70: - inserir-se em um lugar no qual haja debate político.* (1988, p. 45). Acrescenta, porém, uma oportuna e importante análise: “*não parece, todavia, que os usos impróprios da Universidade, que justificariam os mecanismos e os produtos da seleção, (...) possam sozinhos constituir explicação suficiente em relação: a) à escandalosa taxa de dois terços de abandonos; b) ao fato de que abandonam sobretudo aqueles que provêm dos itinerários de Escola secundária não liceal*” (id. ib. p. 45/46).

Esse autor é categórico na crítica aos políticos que seriam responsáveis por mudar essa situação e, ao invés, a abandonam às *forças espontâneas do mercado* (Id. ib. p. 46).

O presente contexto de crise dos países capitalistas gera, na Universidade italiana, um protesto mais ou menos generalizado contra o grande número de estudantes, apontado como a causa de desperdício de recursos. Os que defendem a abertura do sistema universitário, porém, discutem acirradamente esse assunto, que acabou se transformando no centro dos debates atuais. Haja vista o panorama apontado pelos núcleos de avaliação, que provoca a indignação de professores como Tullio De Mauro, o qual faz uma ampla acusação: *Diante de um fenômeno que vê os 2/3 dos inscritos abandonarem a universidade, não se fez nada.*

Estão entrelaçadas responsabilidades de todos: acadêmicos, sindicatos, políticos, também da esquerda, que têm recusado enfrentar o discurso da programação do número dos estudantes. (In: FROIO, 1996, p. 161).

Assim, os que defendem o “número fechado” entendem que os males da Universidade italiana vêm do excesso de estudantes, que são, em maioria, “não empenhados”. Afirmam que os professores teriam mais condições de acompanhar um número menor de estudantes; que deveriam ingressar somente os, de fato, “merecedores”; (quem seriam? os que vêm dos liceus? os que não precisam trabalhar cedo?).

Simone se manifesta criticando que a Universidade *coloca juntos, casualmente, jovens verdadeiramente sérios e jovens verdadeiramente ignorantes*” (1994, p. 123).

A polêmica sobre o número de estudantes, segundo Moratto, apoia-se na Constituição italiana que em seu artigo 33 *prevê especificamente a hipótese das instituições de alta cultura, Universidade e Academia*, enquanto que no art. 34 afirma a *genérica tutela do direito ao estudo e o empenho da República de tornar efetivo este direito* (MORATTO, 1987, P. 5). O autor considera contraditórios esses artigos. Permite que se deduza entender que uma “instituição de alta cultura” deve ser reservada a poucos, ou que a sua abertura a todos causa, necessariamente, queda de qualidade. Tal relação parece ser aceita sem reflexão por muitos.

Por outro lado, o artigo constitucional n. 34, que se refere ao “direito ao estudo”, é freqüentemente citado pelos estudantes, em suas assembleias, uma vez que afirma que *A escola é aberta a todos...Os capazes e merecedores mesmo se privados dos meios, têm direito de atingir os graus mais altos dos estudos. A República torna efetivo este direito com bolsas de estudos, auxílios às famílias e outras providências, que devem ser atribuídas por concurso.* (Id. ib., p.121).

Observe-se que o texto porta a expressão: “capazes e merecedores”. Há professores que, baseados nesse argumento, consideram “normal” o escandaloso índice de apenas 30% dos inscritos se formarem, uma vez que os que abandonaram *não se mostraram merecedores* (DE VIVO, in entrevista). Essa interpretação a-histórica do fato, responsabilizando os estudantes, permite que esses professores afirmem que a Universidade italiana é, sim, democrática e que está aberta a todos que desejarem estudar.

Tão ambígua quanto: “capazes e merecedores” é, também, segundo Simone, a expressão “direito ao estudo”, que esse autor considera *abstrata* na medida em que *alude ao fato de que aos estudantes se deveria favorecer o acesso pleno aos recursos da Universidade. Pouco se encontra, nas leis, a propósito de outros fatores também*

importantes: o seu bem estar mental, os modos e os resultados do ensino que recebem, suas opiniões sobre o serviço que recebem, as avaliações sob as quais são continuamente colocados, a vida que levam na Universidade, o respeito àquele precioso e delicadíssimo patrimônio que é a vocação intelectual e o contato com o mundo dos professores. (In: FROIO, 1996, p. 162).

Há, também, quem afirme que, antes da criação da “Universidade de massa ou aberta”, a Universidade tinha a sabedoria (sic) de fazer a seleção. A partir de 68, todos receberam direito de estudar. Ora: todos têm direito à dignidade, mas não o de serem universitários (SEMENZATO, in: conferência). Essa mesma posição já havia tomado o Ministro Bottai, em 1938, no auge do fascismo. (MIOZZI, 1993, p. 106, nota 111). Ela é rebatida por Parisi, que em 1977 já afirmava: a verdade é que em nosso país a Universidade de massa funciona mal ou não funciona não porque é tornada ‘de massa’, mas porque sempre funcionou mal. Assim, as soluções que ligam o melhoramento da Universidade à sua situação de fechamento ou à sua característica de elite deveriam, além de serem combatidas politicamente, serem refutadas sob o plano da verdade histórica. (PARISI, 1977, p. 157). Referindo-se ao artigo constitucional, esse autor denuncia a subordinação da definição de cada capacidade e mérito à condição econômica e social do estudante, identificando-a sempre mais, na prática, com o simples requisito da regularidade dos estudos (Id. ib. p. 161). Reafirma que é urgente reexaminar o sistema de privilégios até agora garantidos aos estudantes provenientes dos centros médio-superiores.” (Id. ib. p. 161)

O mundialmente conhecido professor-escritor Umberto Eco, que leciona em Bologna mas também em outras universidades européias e americanas, afirma que a Universidade italiana é a mais seletiva, mesmo se parece a mais democrática do mundo. Acredita que a láurea tem um grau de exigência tal que a reserva àqueles que têm predisposição ao estudo - cerca de 30% dos matriculados, os demais se frustram - motivo pelo qual defende, como possível solução, a ampliação dos bons cursos de diploma³, que evitari-

3 Cursos de curta duração, que não exigem a defesa de uma dissertação, ao final, como os cursos de láurea,

4 Universidades periféricas apresentam vagas, mas são rejeitadas por muitos estudantes por não apresentarem as mesmas condições estruturais e de qualidade das maiores.

am o abandono de tantos. Apoia, ainda, o número programado de alunos, afirmando que *“não é um sistema de exclusão. Pode ser, ao invés, um ótimo método de orientação para os estudantes. Hoje, os rapazes lutam a punhos para entrar em uma sala-de-aula superlotada, onde é impossível instaurar uma relação com os docentes E não sabem que, em outra faculdade, há vagas disponíveis e cursos pouco frequentados. Insisto, a anomalia está no seguinte: A nossa Universidade é elitista, mas é de massa.”* (In: Il Giornale, 07/02/19970.)

Já De Francesco discorda:

...não resta dúvida de que a Universidade italiana é muito menos ‘de massa’ do que comumente se crê ou se deseja fazer crer. Não só as discriminações sociais permaneceram muito fortes no que diz respeito ao acesso puro e simples à Universidade, mas, sobretudo, as desigualdades na escolha dos cursos se agudizaram a tal ponto que determinaram setores de elite de uma parte e setores de massa de outra.(...) A condição de trabalhador estudante é inconciliável com a atual estrutura universitária que não chega mais a satisfazer nem mesmo as exigências dos estudantes ‘tradicionais’ (1977, p. 672).

De sua parte, os estudantes queixam-se do crescimento extraordinário dos programas, da desqualificação, ausência e falta de empenho de alguns docentes e lutam contra o “número fechado” e pelo aumento do valor das bolsas de estudo, elemento equilibrador das diferenças de extrato social. Afirmando também que o “número fechado” já está acontecendo, através do aumento das taxas de matrícula e de refeições, ocorrido nos últimos anos. E protestam: *“É evidente a injustiça de um procedimento que descarrega só sobre os estudantes a insuficiência de recursos universitários, ignorando a importância de que o livre acesso ao saber e a uma qualificação superior se reveste na sociedade contemporânea. (Manifesto de estudantes, 23/10/96).*

Santambrogio publicou em março de ‘97 o livro intitulado: “Chi ha paura del numero chiuso?”, no qual, simulando um diálogo entre um professor e uma aluna, defende o número fechado, porém, sem negação de vaga aos inscritos, mas com redistribuição dos estudantes entre as diversas sedes universitárias.⁴

Restringir o número de estudantes é entendido por muitos como retroceder em uma conquista muito importante; é “fechar as portas da Universidade sobretudo a um grande número de trabalhadores-estudantes” (DEI, in: Polis, 1996, p. 286). Por outro lado, não resta dúvida que torna-se muito mais difícil lecionar

para um número muito grande de estudantes. Existem, assim, algumas tentativas de ampliação da rede.

Outro dado a ser considerado é o de que uma seleção dos candidatos à Universidade requer exame prévio (tipo vestibular), o que pode fazer proliferarem os tais “cursinhos preparatórios”. Isso, aliás, começa a acontecer na Itália. Daí talvez se possa deduzir que a iniciativa privada que, provavelmente, gerará esses cursos, está, também, interessada na criação do tal “número fechado”.

Projeto do atual governo

As críticas que vem sofrendo a escola italiana em geral e a Universidade em particular levaram a que o Presidente do Conselho, Romano Prodi, que, em campanha eleitoral, havia afirmado que: *... não se pode entrar no novo século com os recursos humanos de hoje, portanto, é necessário reorganizar a escola...* (in: jornal *La Repubblica*, 15/01/97, p. 2), apresentasse, para discussão, em 14 de janeiro de 1997, o projeto de uma ampla e abrangente reforma educacional (o que não acontecia desde os tempos do fascismo, com a reforma de Gentile, em 1923). Os termos dessa reforma vem sendo amplamente debatidos, também em programas de rádio e TV, nos quais o ministro Luigi Berlinguer (PDS), da Instrução Pública e da Universidade e Pesquisa Científica, explica detalhes, responde aos questionamentos e ouve as opiniões da população.

No que diz respeito à *Universidade*, o novo projeto apresenta os seguintes objetivos mais gerais: atacar o problema dos abandonos; resolver o do excesso de alunos de alguns ateneus; ajudar os estudantes a escolher; ampliar o acesso à instrução superior pós-secundária.

O projeto, segundo Potestio, “não parece favorável ao ‘número fechado’ ou à livre determinação dos Ateneus e Faculdades sobre os aspectos quantitativos do acesso à Universidade.” (In: jornal; 24 Ore, 29/03/97).

De fato, Guerzoni explica que não será necessário o “número fechado”, face às várias reformas programadas. (In: jornal *Correire Lavoro*, 21/03/1997)

As maiores novidades no projeto são:

1- Uma pre-inscrição à Universidade, a se efetuar no último ano da escola secundária superior, após um ano de orientação. Ao ingressar na Universidade, o estudante passará por breves cursos de ambientação,

de um trimestre, “cursos zero”, com avaliação didática e orientação intensiva, ao fim dos quais o estudante pode escolher se prosseguirá ou não, e se deseja mudar de curso. A idéia é acabar com a “praga do abandono”. Aos que desistirem, estará à disposição uma rede de formação pós-secundária não universitária, realizada por um acordo entre empresas e o Ministério do Trabalho.

2- Estão previstas três modalidades de frequência aos cursos; o estudante, no momento da inscrição, deverá decidir entre: tempo total, no qual se empenha em respeitar os tempos do curso; parcial, no qual se empenha em seguir os cursos, mas sem respeitar o tempo; e, à distância: inscrição reservada aos estudantes trabalhadores, impossibilitados de frequentar.

3- Teste único nacional para acesso aos cursos com número “fechado”: medicina, odontologia e veterinária (que

o manterão pelos próximos cinco anos), face ao vínculo com a União Européia. “Para a arquitetura a U. E. estabeleceu um teto máximo de estudantes relativo ao número de docentes (o que deverá ser mantido pelos próximos três anos).

4- Os cursos de láurea terão um biênio com exames comuns a muitos cursos e um segundo segmento com as disciplinas formativas. Mas as disciplinas especializadas estarão todas nos cursos pós-laurea.

5- Haverá um Conselho Nacional dos estudantes.

6- O ministério fala, também, em bolsas “incentivadoras” para os mercedores, mais altas para os que habitam fora da cidade.

O Ministro Luigi Berlinguer critica a forma com que é feita a escolha da faculdade e afirma: *Devemos fazer, sim, com que os estudantes decidam sobre a base das próprias convicções e não de outros, a começar pelas informações disponíveis sobre mercado de trabalho, que freqüentemente se revelam aleatórias.* (In: jornal *Il Mattino*, 24/03/97)

As críticas que compõem o debate sobre o referido projeto se referem ao caráter pontual com que o governo pretende enfrentar os problemas e, principalmente, à tendência a fomentar a concorrência entre os Ateneus, o que redundaria em diferenças grandes entre cursos da mesma área, ofertados por diferentes universidades. Anexada a isso, há a tendência de separação entre a pesquisa e a didática, que já exis-

Outro dado a ser considerado é o de que uma seleção dos candidatos à Universidade requer exame prévio (tipo vestibular), o que pode fazer proliferarem os tais “cursinhos preparatórios”. Isso, aliás, começa a acontecer na Itália.

te na Itália no que se refere aos pesquisadores, que não são docentes (são apenas substitutos; sua categoria está em patamar inferior ao dos professores). A nova tendência é a de ampliar a separação dessas duas atividades, concentrando-as em instituições diversas e criando centros de excelência, o que suscita muitos questionamentos.

Azzone, analisando as funções universitárias, examinou experiências de separação entre a pesquisa e a didática realizadas em países diversos, isto é, situações em que, enquanto algumas universidades desenvolviam a pesquisa, outras se detinham nas funções didáticas. Considerou que essa situação, embora traga a vantagem de concentrar pessoas, meios e programas, acarreta, por outro lado, duas consequências negativas: interromper o contato dos pesquisadores mais capazes com a grande massa de jovens que chega às universidades e abaixar o nível delas, contribuindo à sua transformação em liceus, processo que ele chama de "liceização" da Universidade (1977, p. 208). (Como os nossos "colegiões").

O projeto do atual governo suscita questionamentos, também, ao propor alternativas para os cursos universitários: cursos de instrução pós-secundária e outros de formação profissional avançada, que serviriam também para bloquear as excessivas inscrições na Universidade que, segundo o governo, ocorrem pela falta de opções. Afirma-se que a Itália é o "único país do mundo" que só oferece a Universidade como instrução superior. A chamada "láurea breve", ou curso de diploma, já existe e sofreu uma primeira avaliação que revelou que somente 6 em 100 estudantes a escolhem, alguns já inscritos na Universidade. Um dado já esperado diz respeito à escola secundária cursada por esses estudantes: 57% são egressos dos institutos técnicos e profissionalizantes contra 23% dos liceus. Tommaso Bertolini faz, sobre esse cursos, a seguinte afirmação, reveladora do objetivo classista que é escamoteado na proposta governamental: *O diploma universitário (fornecido pelos cursos breves), poderia representar um instrumento importante para abrir de fato as portas da instrução pós-escolar a classes sociais que tradicionalmente permaneciam excluídas* (In: *jornal Tuttoscuola*, 21/05/97).

Outro problema sério no atual projeto diz respeito à gestão das universidades: é a possibilidade de ingresso de empresas privadas na administração da Universidade. É proposto que o diretor administrativo *seja escolhido entre os dirigentes da Universidade, de outras administrações públicas ou, ainda, entre estranhos às administrações públicas* (In: *jornal 24 Ore*, 17/02/97).

Um dos dados mais importantes do projeto do atual governo diz respeito à autonomia universitária.

Para R. Chiaberge, *A autonomia universitária, como o federalismo, o antirracismo e a igualdade de oportunidade tornou-se uma espécie de 'mantra', uma fórmula mágica que todos repetem mecanicamente sem conhecerem o exato significado* (In: *Simone*, 1995, p. 95).

Há quem entenda que a proposta de autonomia, da forma como está colocada, aumentará o poder dos grupos acadêmicos locais e nacionais que manipulam os recursos financeiros. Há, ainda, quem lamente que a prevista autonomia não permite aos Ateneus estabelecer o "número fechado" de ingresso dos estudantes. Há quem fale em "autonomia governada", reafirmando sua necessidade, mas também os riscos presentes no ato de se atribuir a cada Ateneu a possibilidade de recrutar seus professores e organizar os currículos.

O mesmo L. Berlinguer, que agora ocupa o cargo de Ministro da Instrução Pública, em 1989 a havia definido assim: *Ter autonomia significa construir uma estrutura que se autogestiona, que se propõe os objetivos e que busca os meios para realizá-los* (In: *Università Oggi*, p. 45). *Significa, também, equilíbrio na distribuição das competências internas de programação dos recursos, de distribuição dos fundos, de determinação das atribuições gerais do Ateneu, de eventual controle central sobre eventuais abusos na relação com a indústria e com as organizações externas, equilíbrio entre pesquisa de base e aplicada, que é tema central da vida de um Ateneu. (...) A autonomia deve prever autosuficiência e não dependência do financiador. O financiamento da pesquisa de base se põe nesses termos: O Estado deve sustentar as universidades até o fim, porque só assim essas são livres, porque só assim os estudiosos podem livremente estudar aquilo que querem e escolhem estudar.* (Id. *ib.* p. 52)

Na realidade, ao mesmo tempo em que aponta para a liberdade e agilização, essa questão contém, hoje, como consequência do contexto, o sentido financeiro de desobrigar o Estado, transferindo às universidades a incumbência de buscar recursos e se auto-sustentar.

De fato, a autonomia que o governo propõe reflete também a crise financeira do Estado e comprova o forte componente histórico que adquire esse termo: na época em que o Estado de Bem-estar era forte, nos debates sobre a autonomia da Universidade o termo indicava mais a agilização pela descentralização.

Reflete a atual crise financeira da social-democracia italiana a questão referente aos recursos, tão necessários como escassos e, muitas vezes, segundo Simone, distribuídos a esmo, sem avaliação dos projetos e sem controle dos resultados (1995, p. 180).

Setores do governo consideram a Universidade muito dispendiosa. Afirmam ser necessário um corte nas verbas, o estabelecimento de relação com empresas para conseguir mais recursos, a limitação do número de estudantes etc.

Para aumentar a capacidade financeira das universidades, Martinotti aponta uma solução questionável: ... *tenho já, há muito tempo, ressaltado a iniquidade da situação atual de quase gratuidade (...) e alguma coisa está sendo movida. Estamos, porém, ainda, longe da situação ótima que se alcançará quando os estudantes cobrirem uma quota substancial do seu custo - tendencialmente, a totalidade...* (In: SIMONE, 1995, p. 129).

Ameniza essa afirmação ratificando a importância das bolsas de estudo, para os estudantes sem meios. Ora, em meio ao panorama de corrupção já apontado e de escassez de recursos, garantir que seja dado, realmente, esse encaminhamento às bolsas é, no mínimo, ingenuidade. Como se viu, desde a implantação desse sistema, tem sido denunciado o desvio de muitas bolsas para filhos de pais abastados.

Simone, defendendo a "competitividade" das universidades privadas, indica, também, outra solução: "... têm sido estimulados os financiamentos privados, estudando formas de incentivo fiscal às empresas que investem na Universidade e favorecendo, também, sem onerar o Estado, mas com oportunas vantagens fiscais, a criação de universidades realmente privadas, com altas especializações e com pessoal docente e administrativo próprios (1995, p. 78).

É, entretanto, o mesmo Simone que, em outro momento, afirma:

A Universidade pertence a muitos sujeitos (tenho procurado demonstrar) ou, preferindo-se uma fórmula mais geral, pertence aos cidadãos, mesmo àqueles que não têm filhos que a freqüentam. E não só porque são todos os cidadãos que a pagam. Mas também porque essa prefigura, desenvolvendo a pesquisa e a formação superior, o futuro intelectual, moral e econômico do país inteiro (Id. 1994, p. 153-154)

A esse respeito foi lançado, em 1993, o resultado de uma pesquisa realizada por quatro professores, que recebeu o título: "Chi paga l'istruzione universitaria? Dall'esperienza europea una nuova politica di sostegno agli studenti in Italia."

Como a sugestão de privatização, muitas vezes, aponta as universidades americanas como parâmetro, Tullio De Mauro faz questão de salientar, que mui-

tas universidades dos EUA são estatais, e poucas privadas: *Sublinho o 'muitas' e 'poucas' para contribuir para desmistificar o nosso mito da natureza privada das universidades nos Estados Unidos da América (In: SIMONE, 1995, p. 108).*

F. Colombo tenta convencer economistas italianos, na coluna jornalística "Le parole della politica", onde afirma:

Nos Estados Unidos, as ferrovias privadas são vagões desconjuntados e perigosos que coxeiam nas poucas linhas ferroviárias remanescentes. (...) Há qualquer coisa de perfeito na América? Há. As ferrovias subterrâneas de New York, de Boston, de S. Francisco, de Washington. São todas públicas (...) Inteiros setores, se privatizados, tendem a desaparecer." (In: jornal La Repubblica 06/04/97).

Convém repetir que desobrigar o Estado de suas incumbências é argumento já muitas vezes rebatido pelos que têm claras as debilidades das soluções de cunho neoliberal.

Hoje, para a esquerda, a defesa do espaço público, é ponto de honra.⁶

Segundo Borón, este é o único efetivamente passível de ser governado democraticamente. Para a burguesia" na atual fase do capitalismo "o importante é diminuir os espaços públicos o quanto antes e o mais possível: privatizar escolas, hospitais, centros de recreação, a rua, as praças., a praia, a floresta, aos ondas radiais e televisivas, os esportes, os lazeres, em uma palavra, fazer com que o mercado devore todas as formas de sociabilidade que só podem existir em espaços públicos vigorosos e estruturados. A defesa do espaço público, em conseqüência, é tão importante para os socialistas como a defesa do trabalhador e das classes despossuídas. (In: SADER e GENTILI, p. 193/194).

No que concerne à Universidade, muitos dos caminhos apontados como solução representam o sério risco de destruir o seu caráter público.

Depara-se na Itália, como no Brasil, com uma intensa correlação de forças que vai procedendo às mudanças, entre avanços e recuos.

Alguns indícios de correção da rota podem ser percebidos na atual proposta governamental. Mas ela

⁶ Cf. FRIGOTTO; cf. GONÇALVES

está, também, entremeada de contradições, além do fato que constitui, por enquanto, (julho/97) uma somatória de intenções, sem dúvida imprescindíveis para um avanço, mas contendo em si o risco de permanecer assim, uma vez que a ingerência de políticos nas questões educacionais continua forte. Porém, é nos espaços abertos pelo caráter contraditório da sociedade capitalista que as forças progressistas conseguem, não sem lutas, algum avanço.

Ao governo italiano apresentam-se duas possibilidades:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1.- ALBERICI, Aureliana - Il Ruolo delle autonomie locali nella riforma dell'Università. In: Il Mulino n. 250, março/abril 1977, Bologna.
- 2.- AZZONE, Giovanni F. - Criteri e condizioni obbiettive per il reclutamento all'Università. In: Il Mulino n. 250 março/abril 1977.
- 3.- BALESTRACCI, Duccio e MIRRI, Mario (a cura di) - Università oggi: L'avvio di una fase costituente. FrancoAngeli - Siena, 1989
- 4.- BERLINGUER, Luigi - L'Autonomia: statuti e regolamenti. In: Università Oggi: L'avvio di una fase costituente. Siena, 1989.
- 5.- BERTIN, Giovanni M. - In: Tavola Rotonda - In: Scuola e Città anno XIV Gentile/Feb. 1963
- 6.- BOBBIO, Norberto - Perfil Ideológico del '900 - Ed. Garzanti. Itália, quinta ed. 1995a.
- 7.- BOBBIO, Norberto - Direita e Esquerda. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Ed. UNESP. São Paulo, 199
- 8.- BOBBIO, Norberto - Dicionário de Política. Trad. C. Varrialle, G. lo Mônaco, J. Ferreira e L.G Pinto Cacaís. Ed. UnB . 7a. ed. Brasília, 1995b.
- 9.- BORRELLI, Raffaele S. - In: Consensi e Dissensi - In: Scuola e Città - anno XIV, gen/feb. - 1963
- 10.- CAPPELLETTI, Vincenzo - Sulla 'teoria' dell'Università. - In Il Mulino, 210 - jul/agosto 1970 - Bologna.
- 11.- CATALANO, Giuseppe et alii - Chi paga l'istruzione universitaria? Dall'esperienza europea una nuova politica di sostegno agli studenti in Italia. Franco Angeli - Milano, 1993
- 12.- COLOMBO, Gherardo - Il Vizio della memoria. Feltrinelli, Milano, nov. 1996.
- 13.- COSTA, Angiola Massucco - In: Consensi e Dissensi. In: Scuola e Città anno XIV, gen./feb. 1963.
- 14.- CUPERLO, Gianni - Il grande inganno - In: Tribuna aperta - Università Progetto. Julho/agosto 1988.
- 15.- DE FRANCESCO, Corrado - La selezione nell'università di massa - In: Il Mulino anno XXVI n. 253 set. out. 1977 - Bologna.
- 16.- DE FRANCESCO, Corrado e Paolo Trivellato - L'università "di massa" degli anni '70 in Italia. - In: Inchiesta - Gennaio-marzo 1976.
- 17.- ENCICLOPEDIA ITALIANA DI SCIENZE, LETTERE ED ARTI- Istituto Treccani Presidente: Guglielmo Marconi - Roma 1937.
- 18.- FRABBONI, Franco et alii - Il Tirocinio nella Formazione dell'Operatore socioeducativo. Ed. NIS - Roma, 1995.
- 19.- FRIGOTTO, Gaudêncio - Educação e a Crise do Capitalismo Real. Cortez ed. São Paulo, 1995.
- 20.- FROIO, Felice - Le Mani sull'Università. Ed. Riuniti. Roma, 1996.
- 21.- GATTULLO, Mario - Selezione e classi sociali tra Scuola e Università. - In: Università Progetto - giugno/luglio 1988 - n. 33-34.
- 22.- GATTULLO, Mario e VISALBERGHI, Aldo - La Scuola Italiana dal 1945 al 1983. La Nuova Italia - 1986.
- 23.- GONÇALVES, M. Dativa de S. - Autonomia da Escola e Neoliberalismo: Estado e Escola Pública. - Tese de Doutorado apresentada na PUC / SP - São Paulo, 1994.
- 24.- GRAMSCI, Antonio - La questione meridionale.ed. Riuniti. Roma, 1991.
- 25.- GRAMSCI, Antonio - L'Ordine Nuovo. 1919-1920. A cura de Valentino Gerratana e Antonio Santucci. Ed. Einaudi. Torino, 1987.
- 26.- GRUSSU, Silvino - L'Università secondo il 'Progetto '80'. In: Il Mulino n. 210 - julho/agosto 1970 - Bologna.
- 27.- GUERRA, Luigi et alii - Il Tirocinio nella formazione dell'Operatore Socioeducativo. NIS - Roma, 1995
- 28.- HASKINS, Charles Homer - Le origini delle Università - 1923. Trad. Anna Buiatti. In: Il Mulino n. 210 - anno XIX Luglio-agosto 1970.
- 29.- HOBBSAWM, Eric - Era dos Extremos - O breve século XX. Trad. Marcos Santarrita. Companhia das letras, São Paulo, 1994.
- 30.- ILLUMINATI, G. e SYLOS, Labini - Proposte per la riforma universitaria. In: Rivista Trimestale di Scienza Politica e dell'amministrazione. n. 3-4 - 1969.
- 31.- JORNAIS: La Republica - de 15/01/97 e de 17/02/97.

- 24 ORE - 19/03/96 e 17/02/97
Tuttoscuola - 21/05/97
Il Mattino - 17/05/97 ; 24/03/97 ; 06/03/97
Corriere Lavoro - 21/03/97
La Stampa - 12/03/97
Il Gazzettino - 09/02/97
Uscita di *sicurezza* - 13/05/97
Campus - março 97
- 32.- LAMPEDUSA, Tomasi - Il Gattopardo - Milano - Feltrinelli, 1995 - Ed. conforme o manoscritto de 1957
- 33.- LANZA, Vincenzo - Manuale de legislazione universitaria. Ed. Pirola - Milano, 1987.
- 34.- LAZZERONI, Romano - L'Università in quarant'anni: problemi e contraddizioni. In: Università oggi: L'avvio di una fase costituente. FrancoAngeli, Siena, 1989.
- 35.- LOMBARDI, Giancarlo - Il ruolo dell'Università nello sviluppo industriale secondo le aspettative del mondo dell'industria. In: Università oggi: L'avvio di una fase costituente. FrancoAngeli, Siena, 1989.
- 36.- LUZZATTO, Giunio - I Problemi Universitari nelle prime otto Legislature Repubblicane. In: La Scuola Italiana dal 1945 al 1983 - A cura di Gattullo e Visalberghi - La Nuova Italia, 1986.
- 37.- LUZZATTO, Giunio - In: Consensi e Dissensi. In: Scuola e Città anno XIV - gen./ feb. - 1963
- 38.- MANACORDA, Mario A. In: Consensi e Dissensi. In: Scuola e Città, anno XIV, gen./feb. 1963
- 39.- MANIFESTOS de estudantes de Padova: 22/10/96 - 29/11/96 - 21/12/96.
- 40.- MARTINOLI, Gino - In: Consensi e Dissensi - Scuola e Città - anno XIV - gen/feb - 1963.
- 41.- MARZO, Enzo e ZINCONE, Giovanna - Il sangue dei martiri. La parabola delle lotte studentesche per l'Università. - In: Il Mulino, n. 210, julho/agosto 1970 - Bologna.
- 42.- MIGLIO, Gianfranco - Il punto di vista del politologo. La trasformazione delle Università e l'iniziativa "privata". In: Il Mulino, n. 210 - luglio-agosto 1970. Bologna.
- 43.- MIOZZI, U. Massimo - Lo Sviluppo Storico Dell'Università Italiana. Le Monnier, Firenze 1993.
- 44.- MORATTO, G. - Manuale Giuridici Simone, n. 42 - março/87.
- 45.- MOVIA, Giovanna - En attendant Godot. Otto anni di travaglio parlamentare sull'Università. - In: Il Mulino n. 210 - julho/agosto 1970 . Bologna.
- 46.- NOSELLA, Paolo - A escola de Gramsci. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 1992.
- 47.- PANICCIA, Umberto - Miti e silenzi del dibattito sull'Università. In: Il Mulino, n. 210, luglio-agosto 1970 - Bologna - anno XIX
- 48.- PARISI, Arturo - Una proposta per l'Università - In: Il Mulino n. 250 - março/abril 1977 - Bologna.
- 49.- PECCIANI, Maria Cristina - Storie della Storia d'Italia. Marietti- Manzuoli. Firenze, 1988.
- 50.- POLIS - Ricerche e Studi su Società e Politica in Italia. (Periodico quadrimestrale.) feb./ 1996.
- 51.- PORCIANI, Ilaria - L'Eccezione e la Regola: L'Università italiana dell'Ottocento tra norma scritta e prassi quotidiana. In Università in Europa. a cura di A. Romano. Ed. Rubbettino, 1995.
- 52.- RAGGHIANI, Carlo L. - La riforma universitaria - In: Scuola e Città - anno XIV - gennaio-febbraio 1963 - Firenze.
- 53.- RAGGHIANI, Carlo L. - In Tavola Rotonda. In: Scuola e Città, anno XIV, gen./feb. 1963.
- 54.- RICUPERATI, Giuseppe - La Politica Scolastica. In: Storia dell'Italia - Repubblica. La Trasformazione dell'Italia - Sviluppo e Squilibri. Ed. Einaudi. Vol 2 1995
- 55.-ROSSETTI, Gabriella - L'Educazione Permanente tra Innovazione e Ripetizione. - In: Gattullo e Visalberghi - La Scuola Italiana dal 1945 al 1983. La Nuova Italia, 1986.
- 56.- ROSSI, Maurizio - Utenti e produttività dell'Università. In: Il Mulino n. 250 - março/ abril 1977 - Bologna.
- 57.- SADER, Emir e GENTILI, Pablo (org.) - Pós-neoliberalismo. Paz e Terra, São Paulo, 1995.
- 58.- SANTAMBROGIO, Marco - Chi ha paura del numero chiuso? Laterza, Roma, 1997.
- 59.- SANTARELLI, Enzo - Storia Critica della Repubblica - Feltrinelli . Milano, 3a. ed. 1997.
- 60.- SEMERARO, Angelo - Il Mito della Riforma - La Nuova Italia, Firenze, 1993
- 61.- SIMONE, Raffaele - L'Università dei tre tradimenti. Laterza. Quinta ed. Roma, 1994. (Primeira em 1993).
- 62.- SIMONE, Raffaele (Org.) - Idee per il Governo. L'Università. Laterza. Roma, 1995.
- 63.- SPOSITO, Marilia - Ilusão Fecunda. São Paulo
- 64.- TRAMAROLLO, Giuseppe. In: Consensi e Dissensi. In: Scuola e Città, anno XIV, gen./feb. 1963.
- 65.- UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI PADOVA - Statuto e Regolamenti - dicembre 1995.
- 66.- UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI PADOVA - L'Anno Galileiano- 1991/1992.
- 67.- UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI PADOVA - Il Bo' - Rivista Universitaria de Attualità e Cultura. Nov. Dic./1996 e Ap. Mag/ 97.
- 68.- UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI PADOVA - Relazione del Nucleo di Valutazione per l'anno 1995. Set. 1996.
- 69.- VISALBERGHI, Aldo. In: Tavola Rotonda. In: Scuola e Città, anno XIV gen./feb. 1963.